



Gato preto, gato branco: a geoestratégia da China

✎ LUIS TOMÉ

PROFESSOR NA UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA,
NO INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES E NO CURSO DE DEFESA NACIONAL DO IDN.

A emergência da China já é um facto, não é uma previsão ou uma mera aspiração. Esta ascensão, porém, não se faz apenas por via económica, mas também pelo aumento do seu poder militar e estratégico, que Pequim concebe como parte vital do crescimento do poder nacional global da China.

Introdução

«Não interessa se é um gato preto ou um gato branco – desde que cace ratos, é um bom gato». Foi assim que, em Dezembro de 1978, num dos mais importantes discursos da história moderna da China, proferido numa das sessões de trabalho do Comité Central do Partido Comunista Chinês (PCC), o então novo líder Deng Xiaoping sintetizou o seu pensamento. A prioridade da China seria o seu crescimento, e doravante seria esse objectivo – e não a ideologia – a orientar a política do país. Depois de um longo período de relativo isolamento, a China abriu-se ao exterior e apostou decisivamente no seu desenvolvimento e modernização, liberalizando parte substancial da sua economia. Sem que o PCC deixasse de manter o monopólio do poder político e reforçando o seu poderio militar, Pequim assumiu uma postura essencialmente pragmática e não ideológica, assente numa estratégia de longo-prazo. O resultado é, para já, extraordinário: a explosiva emergência da China.

Hoje, a grande questão já é menos a ascensão da China e mais o carácter e a evolução do seu crescimento: que tipo de potência é a China? O que verdadeiramente ambiciona? Trata-se de uma potência pacífica, de um poder *statu quo*, ou de uma potência revisionista? Como se comportará a China na arena internacional dispondo de mais capacidades e de mais poder?

As respostas a estas e outras questões do género são muito diversas, pois a China representa uma importante incógnita estratégica. Desde logo, as imagens produzidas pela emergência da China são ambivalentes; depois, a postura de Pequim também evidencia uma ambígua dupla personalidade, oscilando entre comportamentos e sinais conciliatórios e benignos com outros mais agressivos, ameaçando mesmo usar a força. É essa ambivalência de atitudes e imagens que torna a China, simultaneamente, gato branco e gato preto, para parafrasear Deng Xiaoping. O que este texto procura é analisar essas ambivalências à luz dos mais recentes desenvolvimentos.

Emergência da China

A ascensão de uma potência não constitui nenhuma novidade na História, nem sequer na História da Ásia. Simplesmente, a China não é uma potência qualquer, é um actor de superlativos, com um elevadíssimo potencial nacional: é o país mais populoso do mundo, com mais de 1300 milhões de habitantes, o que corresponde a mais de 1/5 da população mundial, quatro vezes mais população que os Estados Unidos da América (EUA) e três vezes mais que a da União Europeia; os 9,6 milhões de km² do seu território (o terceiro maior do mundo) estendem-se sobre mais de 4000 km desde a sua parte ocidental à oriental, outro quase tanto de norte para sul, e incluem uma enorme diversidade geográfica e climática, além de imensos recursos naturais; possui uma

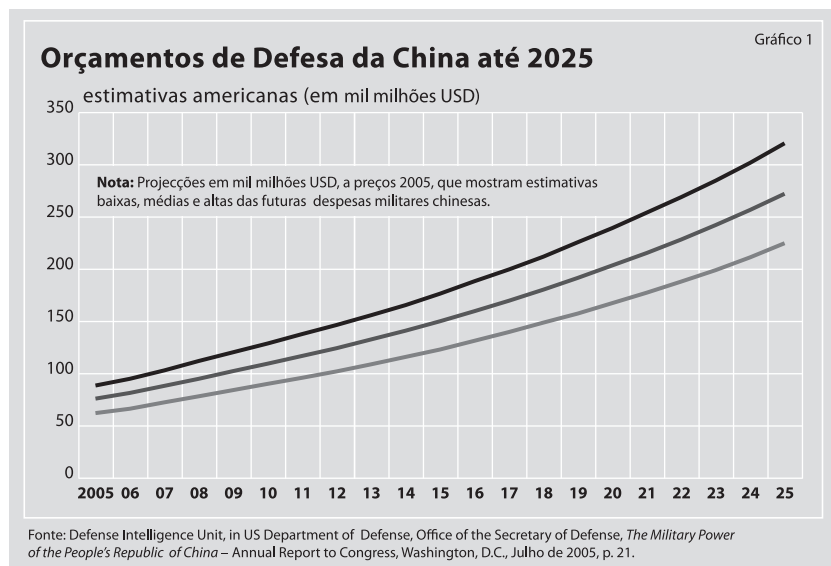
civilização milenar e a mais longa História ininterrupta do mundo (mais de quatro mil anos). É esta potência gigantesca que está em rápida emergência, sendo a principal responsável pela emergência em importância e pela nova centralidade da Ásia Oriental. Fareed Zakaria, editor da *Newsweek*, não hesita em considerar que «a emergência da China, acompanhada da Índia e do persistente poderio do Japão, representa a terceira grande mudança no poder global – a emergência da Ásia».¹

Em grande medida, tal ascensão deve-se ao poderio económico já acumulado pela China,² sendo hoje a nova estrela da economia mundial. Podemos esperar que a China prossiga prioritariamente a via do crescimento económico como parte da sua estratégia de aumentar o poder nacional global.³ Pequim estabeleceu o objectivo de duplicar, em 2010, o tamanho da sua economia de 2000 e aumentar o PIB per capita (1250 dólares em 2004) para os níveis de um país desenvolvido intermédio (cerca de 3400 dólares), em 2049. Porém, parece também claro que os dirigentes chineses encaram o instrumento militar como elemento central do poder chinês global, numa estratégia de reforço recíproco. Em Maio de 2003, o Presidente Hu Jintao declarou que «é necessário (...) estabelecer um mecanismo de promoção mútua e desenvolvimento coordenado entre o crescimento da defesa nacional e o desenvolvimento económico».⁴ No seu Livro Branco da Defesa de 2004, Pequim nota que «o factor militar desempenha um papel maior na segurança nacional (...) o papel desempenhado pelo poder militar na salvaguarda da segurança nacional vem assumindo maior proeminência».⁵ O desenvolvimento económico é essencial para a modernização do sector militar da China que, por sua vez, é vital para garantir o tipo de ambiente de segurança em que esse crescimento possa ocorrer.

O Exército Popular de Libertação (EPL) da China é o maior do mundo, com 2 milhões e 255 mil militares (1 milhão e 600 mil no Exército, 255 mil na Armada e 400 mil na Força Aérea). Às componentes terrestres, navais e aéreas devem somar-se a dos mísseis estratégicos (Segunda Artilharia) e ainda a da Política Armada Popular paramilitar e reservas. O total combinado destas forças, distribuídas por sete regiões militares, excede os 3 milhões e 200 mil homens. A China dispõe ainda de cerca de 10 milhões de membros de milícia organizados por todo o país. É este colosso de forças que está em profunda e acelerada reforma, redimensionamento e modernização.

Nas duas últimas décadas, assistimos a um aumento significativo e pouco transparente do orçamento da defesa e das capacidades militares chinesas.⁶ Embora as cifras variem consoante as fontes, o orçamento militar da China terá crescido de cerca de 22 mil milhões de dólares, em 1985, para um número próximo dos 60 mil milhões de dólares. Actualmente, de acordo com o

International Institute for Strategic Studies, o orçamento oficial de Pequim é bastante inferior, cerca de 30 mil milhões de dólares. O Departamento de Defesa dos EUA admite, no entanto, a possibilidade de as «actuais despesas com a defesa serem duas ou três vezes superiores aos dados oficiais, o que sugere que o sector da defesa na China pode receber até 90 mil milhões de dólares em 2005, fazendo da China o terceiro maior gastador com a defesa, a seguir aos EUA e à Rússia, e o maior da Ásia»,⁷ se ao orçamento oficial se somarem outras despesas efectivas. Esta tendência de crescimento do orçamento de defesa da China continuará a manter-se nos próximos anos, embora o seu valor seja muito variável consoante as estimativas.



Política de Defesa e doutrina militar

Este aumento dos orçamentos de defesa tem permitido à China lançar-se num amplo e profundo programa de reforma e modernização das suas forças armadas. A reorganização do EPL começou no início dos anos 80, acelerou na segunda metade dos anos 90 e deverá continuar no futuro. Pequim nunca escondeu as suas intenções de afectar recursos ao EPL destinados a implementar uma ampla profissionalização, melhorar o treino, conduzir exercícios mais robustos e com combinação de forças, e acelerar a aquisição de armamentos modernos. O EPL está assim a transformar-se de um exército de massas desenhado para combater numa guerra prolongada de atrito no seu imenso território para uma força de menor dimensão, moderna e profissional capaz de combater em guerras locais, de elevada intensidade e curta duração

contra adversários tecnologicamente evoluídos (Taiwan está sempre presente nestes cenários, mas não só).

Em termos de orientação estratégica e doutrina militar chinesa, pode considerar-se que esta assenta em cinco vectores essenciais. Em primeiro lugar, a dissuasão nuclear. A China vem aumentando a quantidade e melhorando a qualidade dos seus mísseis estratégicos e das armas nucleares, procurando manter credível e sua dissuasão nuclear e a capacidade de retaliação. Daí o desenvolvimento de mísseis com maior alcance e mais precisos, além de sistemas de mobilidade e de camuflagem. Sustentando as virtudes da dissuasão nuclear, Pequim opõe-se frontalmente ao abandono norte-americano do Tratado ABM e à pretensão de implementar um sistema de defesa anti-míssil. Quanto ao recurso ao armamento nuclear, a doutrina oficial chinesa continua a ser a «não utilização em primeiro lugar».⁸

O segundo e o terceiro vectores decorrem de adaptações modernas das noções maóístas de guerra popular e de completa simbiose entre o povo e o Exército. Apesar de renovado ênfase que dá ao papel da alta tecnologia nos conflitos (e, em certa medida, para atenuar o seu atraso nesse domínio), os actuais dirigentes chineses continuam a sustentar as virtudes do factor humano (quantitativa e qualitativamente) no campo de batalha como elemento determinante para o desfecho do conflito, mantendo viva a tradição doutrinária do EPL e o conceito de Guerra Popular. Daí a noção de se efectuarem «alterações militares com características chinesas» e de que «não se deve negar o papel desempenhado pelo povo apenas por causa das armas de alta tecnologia virem ganhando relevo».⁹ Além disso, as dificuldades sentidas pelas coligações no Afeganistão e, em particular, no Iraque na fase dita de estabilização pós-bélica parecem levar Pequim a reequacionar o papel da tecnologia num conflito assimétrico daquele tipo.

Em Junho de 2003, por exemplo, o antigo líder Jiang Zemin notou que «a guerra do Iraque provou uma vez mais que em condições de alta-tecnologia, o factor que determina o curso da guerra é ainda a qualidade humana».¹⁰ Por outro lado, tanto em situação de guerra como em tempo de paz as forças armadas têm que estar profundamente envolvidas ou dissolvidas por entre o povo – nas velhas máximas de que o Exército tem que se mover por entre o povo como o peixe na água e em cada chinês um soldado. Hoje em dia, parte importante da simbiose Povo/Exército acontece por via da interacção entre as indústrias militares e as indústrias civis.

O quarto vector decorre do novo conceito que a China introduziu para descrever a sua postura estratégica militar: a defesa activa. Esta sugere que a China não iniciará uma agressão e não se envolverá em guerras a não ser para defender a soberania nacional e a integridade do seu território e população,

se for agredida. Ainda assim, a definição de ataque contra o seu território e a sua soberania ou em que condições a China recorrerá a métodos militares ou não-militares permanecem ambíguos.

No âmbito da defesa activa e assumindo a importância dos factores tecnológicos na guerra moderna, a China vem enfatizando e desenvolvendo programas e sistemas militares assimétricos para tirar partido das suas vantagens e explorar vulnerabilidades de opositores potenciais, os denominados programas «Moca do Assassino» (*Sha shou jian*, em chinês, ou *Assassin's Mace*, em inglês). Outra vertente essencial da defesa activa são as estratégias de «anti-acesso» ou negação e de prevenção da intervenção militar estrangeira – destinadas a impedir o acesso externo ao eventual teatro de operações, em particular ao longo da costa chinesa, objectivo histórico chinês – e a protecção de linhas de comunicação vitais, nomeadamente no Estreito de Malaca (por onde passa 80% do petróleo importado pela China) e nos Mares da China.

Modernização militar

O quinto vector da orientação estratégica militar chinesa é o que no seu último Livro Branco sobre a Defesa, de Dezembro de 2004, a China caracteriza como «guerras locais em condições de informatização» o tipo de conflitos que o EPL deve estar preparado para combater e vencer, substituindo o anterior «guerras locais em condições de alta tecnologia»¹¹ – se bem que o alcance pleno desta alteração permaneça dúbio. A China afirma que «o hiato tecnológico resultante da Revolução nos Assuntos Militares (...) tem um grande impacto na segurança da China».¹² Não admira, por isso, que Pequim ordene ao EPL que dê um salto em frente em termos de capacidades tecnológicas – particularmente nos domínios da mecanização e da informatização – que aumentem a mobilidade, o poder de fogo e a precisão das armas e do equipamento militar. Num artigo onde avalia as implicações da *Operation Iraqi Freedom* para as concepções chinesas de guerra moderna, o General Xiong Guangkai considera que «o sentido das novas mudanças militares está a desenvolver-se rapidamente no mundo, e a recente guerra do Iraque reflecte esse sentido. Não só devemos avaliar e pesquisar esta dinâmica como também acelerar activamente as alterações militares com características chinesas, de acordo com as actuais condições do nosso país».¹³

Uma vez que as indústrias de defesa chinesas são insuficientes e ineficientes, por si só, para promoverem o desejado salto tecnológico, dois aspectos se destacam na estratégia de modernização militar chinesa. O primeiro é a integração civil-militar: através da participação na produção comercial, as indústrias de defesa chinesas adquirirão capacidades tecnológicas de dupla-utilização. De acordo com o Livro Branco sobre a Defesa de 2004, a China «aderirá

à orientação estratégica de combinar as necessidades militares com as necessidades civis, acumulando potencial militar com capacidade civil...».¹⁴

O segundo aspecto a destacar está incluído naquilo que Pequim designa por diplomacia militar (conceito amplo que integra também os acordos e os diálogos sobre segurança, a participação em manobras conjuntas, visitas e intercâmbios militares, observações recíprocas de exercícios e a participação em missões internacionais de paz) e passa pela aquisição de armamento e de tecnologia estrangeiros – quer por via da compra massiva de equipamentos militares e armas, quer pela importação de tecnologia civil de dupla-utilização adaptável à defesa quer mesmo pela cooperação militar ou participação em projectos e consórcios internacionais. Na última década, a Rússia, sobretudo (responsável por 85% de todas as importações de armamentos chineses desde o início dos anos 90), tem sido a principal fonte de sistemas de armamento e de tecnologia militar para a China. Apesar do Embargo de Armas à China desde os acontecimentos de Tiananmen, em 1989, até na Europa e mesmo nos EUA os chineses conseguem obter algumas capacidades e equipamento militar.¹⁵

O acesso a equipamento militar estrangeiro, acompanhado das evoluções geradas pela própria indústria militar chinesa e o recurso a capacidades provenientes da indústria civil tem permitido a Pequim melhorar significativamente as capacidades militares do EPL, nomeadamente em matéria de poder aéreo, poder naval, diversos tipos de mísseis balísticos e sistemas de vigilância, comando e controlo.¹⁶

Uma das áreas em que a China mostra particular empenho é o espaço extra-atmosférico. Em Outubro de 2003, a China lançou a sua primeira aeronave tripulada para o espaço orbital terrestre. Depois de nova missão com dois tripulantes em 2005, Pequim anseia poder efectuar saídas no espaço e missões de acoplagem com um laboratório espacial até 2010, seguindo-se a instalação de uma estação completa até 2020. A China também se tem concentrado no desenvolvimento de capacidades de comando, detecção, informação, controlo e vigilância baseados no espaço. Só em 2004, a China colocou dez satélites em órbita, o maior número de sempre num só ano, prevendo o mesmo para 2006. Pequim espera ter mais de cem satélites em órbita até 2010 e mais outra centena até 2020.

De maneira a desenvolver uma força capaz de travar uma guerra moderna, o EPL tem procurado implementar melhorias nas capacidades operacionais conjuntas e combinadas. Desde 2000, o EPL conduziu 14 exercícios com características *joint*, aperfeiçoando os seus níveis de experiência. Em Julho de 2004, a China avançou com a sua primeira unidade logística combinada experimental. Embora a substituição de Jiang Zemin como Presidente da

Comissão Militar Central (CMC) pelo actual Chefe de Estado e Secretário Geral do PCC Hu Jintao, em Setembro de 2004, não tenha produzido uma mudança significativa na estratégia chinesa de modernização (sobretudo, esta substituição corrobora a transição de poder na China para a nova geração de dirigentes e reforça a posição de Hu Jintao), a expansão da poderosa CMC de oito para 11 membros e a inclusão dos Comandantes da Força Aérea, da Armada e da Segunda Artilharia (ou Forças Mísseis Estratégicas) é bem o exemplo de como a China está empenhada em fortalecer a cooperação inter-armas e desenvolver capacidades *joint*.

A China tem ainda participado em alguns exercícios combinados, de vários tipos, com forças de outros países como a Rússia, a Índia, o Paquistão, o Reino Unido, a França e vários países da Associação dos Estados do Sudeste Asiático (ASEAN).

Por via da reforma e modernização das suas Forças Armadas, a China dispõe já de importantes capacidades de projecção de forças, talvez mesmo «para lá de Taiwan», conforme refere o Pentágono.¹⁷ Embora o principal destaque da modernização militar chinesa no curto-prazo seja um potencial conflito com Taiwan, é crescente a motivação do EPL para controlar os Mares da China, proteger as rotas de navegação marítima, as linhas de comunicação, assegurar o acesso a recursos energéticos e estabilizar áreas para lá das suas fronteiras. Assim, o EPL aumentou as operações extra-fronteiras territoriais, cujo exemplo mais publicitado foi a intrusão de um submarino nuclear chinês de classe *Han* nas águas territoriais japonesas, em 2004, durante um exercício militar. Após ter completado o seu cruzeiro à volta do globo em Julho de 2002, a China continua a enviar a sua frota por todo o mundo para mostrar a bandeira e ganhar familiaridade com operações em oceano aberto. Finalmente, a China aumentou a sua participação em operações de manutenção da paz, tendo actualmente cerca de mil *peacekeepers* espalhados pelo mundo, incluindo 500 na Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL), 230 com a Missão de Observação da ONU na República Democrática do Congo (MONUC) e 125 na Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH).

A Grande Estratégia da China

Os estrategistas chineses definem Grande Estratégia como «a estratégia global de uma nação ou aliança de nações na qual se utiliza todo o poderio nacional»¹⁸ para atingir os seus objectivos políticos, em particular aqueles relacionados com a segurança nacional e o desenvolvimento. A questão está, pois, em compreender os objectivos políticos da China e perceber a estratégia ou de que forma ela pretende utilizar o seu poder nacional para os alcançar.

Dois conceitos são fundamentais para compreender a postura estratégica da China: o poder nacional abrangente e a configuração estratégica de poder. Pelo primeiro, os estrategos e dirigentes chineses avaliam e medem o nível nacional da China em relação a outros países e inclui os aspectos quantitativos e qualitativos do território, população, recursos naturais, poder económico, educação, produção científica e tecnológica, influência diplomática, capacidade militar, estabilidade governativa, coesão nacional e influência cultural. A configuração estratégica de poder, ou *shi*, não é exactamente aquilo que a expressão indicia em termos ocidentais referindo-se, sobretudo, à propensão das coisas ou à disposição potencial dos elementos que só um estratego virtuoso consegue explorar.¹⁹

Ora, a China prossegue uma grande estratégia nacional de longo-prazo, na expectativa de que o crescimento do seu poder nacional abrangente promova uma propensão das coisas favorável à China em termos de configuração estratégica de poder. À medida que a situação evolui e que a China se desenvolve e aumenta o seu poder nacional, os dirigentes chineses mantêm-se atentos à situação regional e internacional, ou configuração estratégica de poder, ajustando a sua estratégia nacional e buscando novas oportunidades, maximizando as suas opções na prossecução dos seus interesses.

No início dos anos 90, o antigo líder Deng Xiaoping deu orientações sobre a política externa e de segurança da China que, colectivamente, ficaram conhecidas como a Estratégia dos 24 caracteres e que descreve bem aquela lógica:

«observar calmamente, conservar a nossa posição, envolvermo-nos nos assuntos prudentemente, esconder as nossas capacidades e esperar a nossa vez, ser bom a manter um perfil baixo, nunca reclamar a liderança».

Mais tarde, foi-lhe acrescentada a expressão «dar algumas contribuições». A «defesa activa» declarada no seu Livro Branco da Defesa sugere igualmente que a China está disposta a ser paciente, pacífica e cooperativa conquanto os eventos sigam favorecendo a sua emergência. Contudo, certo é que alguns suspeitam tratar-se de uma estratégia provisória destinada apenas a ganhar tempo enquanto acumula mais capacidades e fortalece o seu poder nacional global e que «mudará de curso se a obtenção dos seus objectivos for prejudicada por outras potências, especialmente os EUA».²⁰

Política externa e política de segurança da China

Como venho defendendo noutras ocasiões,²¹ considero que a configuração geopolítica do poder mundial é, actualmente, uni-multipolar pois associa,

por um lado, a supremacia daquela que é a única superpotência em todos os domínios do poder, os EUA, e, por outro, grandes potências regionais e internacionalmente muito relevantes, como a China, a União Europeia, a Rússia, e ainda a Índia e o Japão, também eles determinantes para a configuração do poder regional e para a resolução de grandes questões internacionais. Desta ordem uni-multipolar resulta um grande confronto geopolítico, ou melhor, uma complexa sucessão de confrontos geopolíticos, de competições geoestratégicas que, no seu conjunto, funciona numa espécie de jogo de contenções e competições mútuas e múltiplas.

No que respeita à China, o constante apelo à multipolaridade sugere uma orientação estratégica de contenção da hegemonia norte-americana a partir da consolidação e fortalecimento do próprio crescimento chinês e ainda pela colaboração estratégica com outros parceiros como a Rússia, a Índia, o eixo franco-alemão ou o Brasil.

No seu Livro Branco sobre a Defesa, a China entende como um desafio a «prolongada existência da unipolaridade face à multipolaridade» e nota que «novas mudanças ocorrem na balança de poder entre os maiores actores internacionais, acelerando o processo do seu realinhamento e a redistribuição dos seus interesses».²² Mais adiante, aquele documento afirma que «novos e profundos reajustamentos têm tido lugar nas relações entre os maiores países do mundo», o que produz um ambíguo padrão no qual «enquanto cooperam entre si e procuram apoios uns dos outros, eles vigiam-se e competem igualmente uns com os outros».²³ De qualquer forma, «a China está determinada a salvaguardar a sua segurança e soberania nacional, independentemente de como a situação internacional possa evoluir».²⁴

Num «mundo pluralista, diversificado e interdependente», o grande objectivo estratégico declarado pela China é o seu crescimento «sob todas as formas» e a consolidação como pólo de poder, em particular na Ásia.²⁵ Assim sendo, os principais objectivos da política externa da China passam por desenvolver relações que lhe permitam fortalecer o seu poderio económico e militar, isto é, o seu poder nacional global. Em termos de segurança, a prioridade da China é assegurar um ambiente de estabilidade que lhe permita manter-se na senda do crescimento e da afirmação internacional. As principais preocupações de segurança da China centram-se, sobretudo, nas veleidades independentistas de Taiwan (bem como o apoio militar norte-americano e, eventualmente, japonês a Taipé), na hegemonia dos EUA, em particular no que Pequim apelida de *práticas de ingerência e política de contenção da China*, na instabilidade de algumas áreas da sua vasta periferia, na expansão do papel estratégico do Japão, em conluio com os EUA, e no livre acesso aos recursos energéticos.



A Ásia, claro está, é o palco prioritário de afirmação e relacionamento externo da China.²⁶ Prossequindo uma política de boa vizinhança, destacam-se três vectores fundamentais na postura asiática da China, actualmente.²⁷ O primeiro consiste numa diplomacia de charme destinada a diminuir desconfianças e a apresentar a China como potência pacífica. Com esse fim, além de desenvolver profícuos diálogos bilaterais sobre segurança (com os EUA, Austrália, Japão, Índia, Rússia, Cazaquistão, Quirguízia, Mongólia, Paquistão, Tailândia, Coreia do Sul e Vietname), Pequim já celebrou tratados que delimitam 20 222 km das suas fronteiras e alcançou uma vasta série de acordos visando a resolução pacífica dos diferendos fronteiriços que persistem (com a Índia sobre o território de Aksai Chin na Caxemira e o Estado indiano de Arunachal Pradesh; com o Japão sobre as ilhas Senkaku;²⁸ com o Vietname sobre as ilhas Paracel; e com vários países do Sudeste Asiático sobre as ilhas Spratly). A China também vem tomando parte em exercícios militares conjuntos, rompendo com 45 anos de auto-proibição desse tipo de cooperação, e começou a envolver militares seus em operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Por outro lado, os dirigentes chineses vêm multiplicando as publicações oficiais, os livros brancos e as declarações onde salientam sempre

três noções: «a China nunca irá pela expansão, nem nunca procurará a hegemonia»;²⁹ a sua postura estratégica é defensiva ou alicerçada na defesa activa; e a sua prioridade é o desenvolvimento e a estabilidade regional e internacional, o que pretende prosseguir de uma forma cooperativa. Respondendo aos apelos ocidentais e de vários países vizinhos, a China tem ainda gradualmente mostrado maior transparência com a sua defesa. No fundo, os dirigentes chineses têm procurado passar a imagem da China como um elefante amigável, para parafrasear o Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao.

O segundo consiste no crescente envolvimento com organismos regionais multilaterais. As percepções chinesas sobre tais organizações evoluiu da suspeição e passividade para o apoio e envolvimento pró-activo. Com efeito, os chineses descobriram que os EUA não só não controlavam aqueles mecanismos como ou os ignoravam ou se confrontavam com perspectivas asiáticas muito distintas. Por outro lado, a aproximação cooperativa às questões de segurança adoptada por estes organismos era compatível com o «Novo Conceito de Segurança» da China que os chineses discutiam no final dos anos 90.³⁰ Consequentemente, na mudança de século, Pequim começou a mostrar muito maior receptividade à plena participação da China nas organizações multilaterais regionais e a uma maior integração nas organizações internacionais. Como refere um diplomata chinês, «foi um processo gradual de aprendizagem para nós, na medida em que precisávamos de estar mais familiarizados com a forma como estas organizações funcionam e aprender como jogar o jogo».³¹ Hoje, a China participa activamente nas organizações e mecanismos de diálogo multilaterais regionais, tanto nos *fora* intergovernamentais – ASEAN+1 (ASEAN e China), ASEAN+3 (ASEAN e China, Japão e Coreia do Sul), ASEAN Regional Forum (ARF), ASEAN Vision Group, Organização de Cooperação de Xangai (SCO), Conselho Económico da Bacia do Pacífico ou conversações a seis sobre o armamento nuclear norte-coreano³² – como nos *fora* não-governamentais – Conselho de Cooperação sobre Segurança da Ásia-Pacífico (CSCAP), Northeast Asia Security Cooperation Dialogue, Shangri-la Dialogue e Forum Boao.

Em meados de Dezembro de 2005, o Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao participou na primeira Cimeira da Ásia Oriental, em Kuala Lumpur, Malásia, em conjunto com Chefes de Estado e de Governo dos países ASEAN, Austrália, Índia, Japão, Coreia do Sul e Nova Zelândia (a Rússia esteve como convidada do Governo da Malásia). De igual modo, a China revela-se muito mais activa nos *fora* inter-regionais: APEC, ASEM e Fórum para a Cooperação da Ásia Oriental com a América Latina. Entre os vários mecanismos regionais de cooperação multilateral, a China devota particular interesse no envolvimento com a ASEAN e SCO, consideradas fundamentais por Pequim para

expandir a sua influência política, estratégica e económica na Ásia do Sudeste e na Ásia Central, respectivamente.

O terceiro consiste no estabelecimento de parcerias estratégicas e aprofundamento das relações bilaterais com todos os vizinhos, revelando uma particular habilidade para tornar antigos adversários em parceiros produtivos. Destacam-se as parcerias estratégicas com a Rússia (estabelecida desde 1996 e muito útil para a China se abastecer de armas, petróleo e gás natural, além de servir como contrapeso à hegemonia norte-americana e à aliança EUA-Japão) e com a Índia (parceria estabelecida em 2003, e reforçada pela visita do Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao à Índia, em Abril de 2005, durante a qual declarou que a China e a Índia seriam «dois companheiros» contribuindo para que este fosse o «Século Asiático»),³³ bem como o novo relacionamento com a Coreia do Sul e o Vietname. Apenas em relação ao Japão e, naturalmente, Taiwan, é que a China não deixa de aumentar a temperatura – mas mesmo nestes casos, Pequim não deixa de favorecer o incremento dos laços económicos e comerciais.

Desafios testando a cor do gato – energia e Taiwan

A China tem imensos desafios pela frente; em múltiplas dimensões, ela própria constitui um enorme desafio para os outros actores internacionais e para a estabilidade da Ásia e do mundo. Salientamos agora duas questões que constituem um teste importante para o evoluir do comportamento estratégico da China e também das percepções de outros actores em relação ao Império do Meio: a crescente necessidade chinesa de energia e o problema de Taiwan. Com efeito, o comportamento chinês relativamente a estes dois desafios, bem como as interacções que daí resultarem, podem ajudar a definir o tipo de potência que a China será no Século XXI.

Recursos energéticos

Muito por via do seu rápido crescimento económico, a procura de energia por parte da China tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, com um impacto decisivo na procura mundial de energia e no aumento do preço do crude. Desde o início de 2000, a China é responsável por 40% do aumento da procura mundial de petróleo.³⁴ As importações chinesas de todos os recursos naturais combinados (metais e combustíveis fósseis) representaram quase 60% do total das suas importações, em 2003.³⁵ A partir desse ano, a China tornou-se o segundo maior consumidor e o terceiro maior importador mundial de petróleo; a produção e o consumo chinês representa cerca de 10% da energia mundial.³⁶ Contudo, isto é apenas o início do impacto chinês no mundo da energia, e uma parte da dependência chinesa de recursos energéticos exter-

nos. Actualmente, o carvão – de que a China dispõe em grande quantidade – representa 67% do total da energia consumida na China, enquanto o petróleo equivale a 23%, a energia hídrica a 7%, o gás a 3% e a energia nuclear a 1%. A China importa hoje cerca de 40% do petróleo que consome – até 2020–2025, no entanto, a dependência chinesa das importações de petróleo pode disparar para os 70% ou 80% (ou seja, 10 a 15 milhões de barris de petróleo por dia).³⁷ Consequentemente, a energia tornou-se uma área de vital interesse para a segurança e estabilidade da China.

Reconhecendo os riscos associados ao rápido crescimento do consumo chinês de petróleo e gás natural, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao afirmou que «a falta de petróleo e gás natural tornou-se um factor restritivo no desenvolvimento económico e social do nosso país», incentivando a China a «implementar uma estratégia de desenvolvimento dos nossos recursos de petróleo e gás natural».³⁸ Por isso, Pequim já começou a tomar iniciativas para fazer face às crescentes necessidades energéticas da China: aumentou as actividades de exploração no seu território e tem em marcha uma política de diversificação das fontes de energia; iniciou o processo de criação de uma reserva estratégica de petróleo nas províncias de Zhejiang, Shandong e Liaoning,³⁹ para um período de 75 dias, planeando reservas de emergência para os 90 dias padrão da Agência Internacional de Energia (AIE), até 2015; aumentou esforços no sentido de proteger as vitais rotas marítimas de abastecimento, bem como os oleodutos e os gasodutos que chegam ao seu território (uma vez que 80% das importações chinesas de petróleo passam pelo Estreito de Malaca, o Presidente Hu Jintao referiu-se à necessidade de assegurar as linhas de comunicação como o Dilema de Malaca);⁴⁰ lançou-se definitivamente na diversificação dos mercados abastecedores de energia, levando a China a promover avultados investimentos e a estabelecer contratos de abastecimento de longo-prazo com Angola,⁴¹ Sudão, Chade⁴² (que até tem relações diplomáticas com Taiwan...), Ásia Central, Indonésia, Arábia Saudita, Irão, Rússia, Venezuela e outros; e desenvolve relações com países localizados em *chokepoints* geoesstratégicos para assegurar a passagem dos *pipelines*.

A necessidade chinesa de energia e as suas preocupações de segurança relacionadas com o acesso a esses recursos aumenta a possibilidade de competição e de confrontação na esfera da energia. Se até agora essa competição tem sido relativamente limitada à esfera económica e efectuada, sobretudo, pelas companhias estatais de petróleo e gás, pode, todavia, escalar facilmente para um conflito político-estratégico. Muito particularmente, essa competição pode acentuar-se com o Japão (que importa mais de 80% do petróleo que consome), com quem disputa as ilhas Senkaku (em cujas águas territoriais existem importantes reservas de petróleo e gás natural) e, sobretudo, com os

EUA, o maior consumidor mundial de petróleo e cujo consumo se prevê aumentar 50% nos próximos 20 anos. De resto, já existem indícios dessa competição nos Mares da China, na Ásia Central, em África, na América Latina e no Médio Oriente.

A dependência chinesa de recursos energéticos provenientes do estrangeiro pode resultar na revisão ou abandono dos princípios da coexistência pacífica que Pequim há muito abraçou, se essas fontes de abastecimento ou as rotas de acesso forem ameaçadas. Isto não significa, obviamente, que o conflito é inevitável, ou sequer provável. Significa, antes, que o sector da energia terá cada vez mais um papel preponderante nas prioridades de segurança da China. E isso pode determinar o comportamento estratégico e a abordagem de Pequim, bem como das outras potências em relação à China.

Taiwan

A China vê a unificação de Taiwan como um objectivo de médio-prazo. Aparentemente, o principal objectivo imediato de Pequim não é exercer o domínio sobre Taiwan, mas impedir a perda definitiva da ilha nacionalista. Perder Taiwan contra a vontade chinesa representaria um severo prejuízo no prestígio e confiança da China: os dirigentes chineses acreditam que o próprio regime poderia entrar em colapso perante tal cenário.⁴³ A independência taiwanesa significaria também um perigoso precedente para a secessão de outras áreas da China, como o Tibete, Xinjiang e Mongólia Interior. Assim, a estratégia imediata da China consiste em dissuadir Taiwan de avançar rumo à independência *de jure* e/ou impedir que outros (EUA, Japão) apoiem tal desenlace. Esta é a razão principal para que Pequim insista no princípio «uma China», isto é, que só existe uma China e que Taiwan é parte dela, como condição prévia para qualquer diálogo político com Taipé. Ao mesmo tempo que oferece à ilha nacionalista uma integração pacífica com base no princípio «um país, dois sistemas» que serviu para Hong Kong e Macau, Pequim ameaça recorrer à força, se necessário, para promover a unificação. Na verdade, a aproximação chinesa para evitar a independência de Taiwan é multifacetada, associando instrumentos de persuasão e de coerção políticos, económicos, diplomáticos e militares, naquilo que podemos designar como «política das três manutenções»: manter o bloqueio diplomático; manter a pressão militar; e manter os laços económicos e comerciais.

Apesar da incerteza, desconfiança, intimidação e risco de conflito, os negócios, as viagens e até os contactos officiosos entre os dois lados do Estreito de Taiwan tornaram-se frequentes. Numa base *per capita*, Taiwan investe na China mais do que qualquer outro país. Desde 2002, a China suplantou os EUA em termos de primeiro mercado para a colocação das exportações taiwa-

nesas. Pelo incremento das relações comerciais e do investimento taiwanês na Mãe-Pátria, e além das óbvias vantagens económicas, Pequim visa também facilitar a obtenção do objectivo político da unificação. Atraindo empresários taiwaneses (ou *Taishang*), a China procura alcançar a dependência económica de Taiwan, podendo assim usar a coerção económica para fins políticos, naquilo que os taiwaneses denominam «efeito refém» sobre a ilha nacionalista. Por outro lado, pelos seus interesses económicos e porque conhecem o *lado bom* da China, Pequim acredita que os *Taishang* se transformem numa espécie de Cavalo de Tróia em Taiwan a favor da China, tornando-se numa força política importante, contribuindo para reduzir o apoio popular à causa e aos dirigentes independentistas e favorecendo a integração na China.⁴⁴

Paralelamente, a China tem subido o tom das ameaças contra Taiwan nos últimos anos, perante as evidentes veleidades independentistas do Presidente taiwanês Chen Shui-bian – de facto, este anunciou a intenção de realizar um referendo anti-China e de levar Taiwan a adoptar uma nova constituição que substitua a versão usada na ilha nacionalista desde os anos 40, eventualmente já em 2008, intenção que Pequim considera ser uma manobra para aproximar Taiwan da separação definitiva da Mãe-Pátria. Consequentemente, após a reeleição de Chen Shui-bian em Março de 2004, a China voltou a fazer uma demonstração de força e a avisar a ilha nacionalista:

«nós, o Exército Popular de Libertação, estamos prontos a obedecer às ordens da nossa Mãe-Pátria... Quando for absolutamente necessário, temos capacidade de garantir a estabilidade da situação política em Taiwan», afirmou o Vice-Almirante Yao Xingyuan.⁴⁵

No final desse ano, o Livro Branco da Defesa da China 2004 caracterizava a situação no Estreito como grave (a expressão oficial em inglês é *grim*)⁴⁶ e afirmava que «se as autoridades de Taiwan chegarem tão longe que tal possa configurar uma tentativa de incidente maior de independência de Taiwan, o povo chinês e as Forças Armadas irão convicta e resolutamente impedi-lo a qualquer custo»,⁴⁷ numa intensificação de retórica comparativamente ao anterior Livro Branco da Defesa 2002. Depois, a 14 de Março de 2005, a Assembleia Nacional Popular da China aprovou a polémica Lei Anti-Secessionista que codifica a política chinesa em relação à questão de Taiwan e legaliza os procedimentos de uso da força contra Taiwan. Esta lei, amplamente divulgada por Pequim e publicada na *internet*, numa versão em inglês,⁴⁸ afirma que «a China nunca permitirá que Taiwan se separe da China, sob qualquer nome ou por qualquer meio» (Artigo 2); que a reunificação é «um dever sagrado» de «todo o povo chinês, incluindo os compatriotas de

Taiwan» (Artigo 4); e que o Conselho de Estado e a Comissão Militar Central «deverão decidir e executar» o recurso a meios não-pacíficos para «proteger a soberania e a integridade territorial da China» se «forças secessionistas (...) causarem a secessão de Taiwan da China», se «ocorrerem incidentes que visem a separação de Taiwan» ou se «as possibilidades para a reunificação pacífica estiverem esgotadas» (Artigo 8).⁴⁹

Paradoxalmente, jogando com habilidade a política da «cenoura e do bastão», um mês e meio depois de aprovar a Lei Anti-Secessionista, a China acolheu a histórica visita do líder do Kuomintang Lien Chan, agora na oposição em Taiwan, tendo mesmo sido recebido pelo Presidente chinês Hu Jintao. Embora para Pequim essa visita não altere em nada a política de não ter negociações directas com os dirigentes de Taipé, esta jogada encerra-se numa estratégia de desgaste e isolamento do actual Presidente taiwanês Chen Shui-bian, actuando directamente sobre as forças políticas e a opinião pública taiwanesa (e não só).

Intimamente associados à questão de Taiwan, os EUA têm como principal objectivo a manutenção do *statu quo*, opondo-se a qualquer alteração unilateral da situação e apoiando a negociação para uma resolução pacífica. Ora, na visão de Washington, a alteração unilateral da situação tanto ameaça vir da China como de Taiwan. Acontece que, para os EUA, «o crescimento militar de Pequim na área do Estreito de Taiwan afecta o *statu quo*».⁵⁰ Por isso, ao mesmo tempo que reafirma a política de «uma China» e que tenta moderar as ambições taiwanesas, a Casa Branca continua a vender armamento a Taiwan e a manifestar o seu apoio em caso de agressão, de acordo com o seu Taiwan Relations Act de 1979.

Em Abril de 2001, o Presidente George W. Bush afirmou estar disposto a «fazer o que fosse necessário» para ajudar Taiwan a defender-se, aprovando a venda a Taiwan de mais armamento com o argumento de que tal seria necessário para corrigir os desequilíbrios em áreas críticas da defesa aérea e anti-míssil e guerra anti-submarina. Foi assim autorizada a compra por Taiwan de sistemas de defesa aérea Patriot PAC-III, o avião anti-submarino P-3C Orion e submarinos ofensivos, num pacote total de 15,3 mil milhões de dólares. Paralelamente, em Dezembro de 2003, na presença do Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao, o Presidente Bush reafirmou o apoio norte-americano à manutenção do *statu quo* no Estreito de Taiwan e, numa declaração particularmente apreciada em Pequim, considerou que «os comentários e as acções do líder de Taiwan indicam que ele pode estar disposto a tomar decisões unilateralmente para mudar o *statu quo*, algo a que nós nos opomos».⁵¹ Perante a escalada da tensão entre Taipé e Pequim, Washington tem revelado extremo cuidado na gestão do problema, numa posição clara-

mente sintetizada num dos discursos da Secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, num périplo pela Ásia, em 2005:

«é claro que há assuntos que complicam a nossa cooperação com a China, particularmente Taiwan. A nossa política é clara e inalterada. Opomo-nos a alterações unilaterais do *statu quo*, seja por palavras ou por ações de qualquer parte. Os dois lados têm de reconhecer que nenhum deles pode resolver este problema sozinho. Apelamos às duas partes para que continuem a expandir os recentes passos rumo a um relacionamento mais produtivo. E no interesse da paz e da estabilidade, nós mantemos as nossas obrigações sob o *Taiwan Relations Act*».⁵²

Por tudo isto, no respeitante ao comportamento estratégico da China, a questão de Taiwan é a que oferece maior potencial de perturbação para a segurança e estabilidade regional, e é o problema mais espinhoso nas relações entre a China e os EUA. Se Taiwan, afirmando definitivamente a sua independência face à Mãe-Pátria, deixar de se conter e perturbar o acordo tácito que tem mantido a paz no Estreito, isso constitui um *casus belli* que fará, muito provavelmente, estalar um conflito de consequências imprevisíveis mas certamente muito negativas para a ilha nacionalista (até porque arriscaria alienar o apoio norte-americano). Se Pequim tentar a unificação por via da coerção militar, é garantida uma feroz resistência de Taiwan e é muito provável a intervenção norte-americana – com os graves riscos de escalada inerentes. Se Washington abdicar formalmente do princípio «uma China», é crível que deflagre o confronto militar, pois é provável que a China opte por confrontar os EUA em vez de aceitar a separação definitiva de Taiwan. Portanto, como defende Henry Kissinger, «o desafio consiste em viver com um problema que deve ser aligeirado, mas que não pode ser resolvido. A natureza dos problemas é clara, e o autodomínio que ela impõe a todas as partes tornou-se cada vez mais óbvio».⁵³ É certo que isso significa que Taiwan continuará a ser uma espécie de *Estado fantasma*, existindo de facto, mas sem estar oficialmente na comunidade das nações. Contudo, as alternativas são demasiado arriscadas e todas as partes envolvidas têm interesse em impedir que o problema se agrave.

Conclusão

A emergência da China já é um facto, não é uma previsão ou uma mera aspiração. Esta ascensão, porém, não se faz apenas por via económica, mas também pelo aumento do seu poder militar e estratégico, que Pequim concebe como parte vital do crescimento do poder nacional global da China. Assim, ao mesmo tempo que a comunidade asiática e internacional louva a emergência

pacífica da China e procura tirar partido do seu crescimento económico, aumentam também as expectativas e as apreensões face ao crescimento do poder global da China. É caso para reconhecer que se a emergência económica da China incomoda muita gente, a sua emergência militar incomoda muito mais. Nenhum outro país enfrenta tão directamente este dilema como Taiwan.

Apesar do significado e do tremendo impacto da emergência da China, o sistema asiático está longe de ser sinocêntrico ou dominado pela China – os EUA continuam a ser o actor mais poderoso na Ásia. Os norte-americanos são, assim, absolutamente centrais na geopolítica e geoestratégia chinesa e representam um tremendo dilema para Pequim: por um lado, a *pax americana* contribui decisivamente para um contexto de segurança e estabilidade regional do qual a China tira partido para a sua estratégia de crescimento, além de funcionar também como uma espécie de *rolha na garrafa* em relação à remilitarização do Japão e de moderar as veleidades independentistas de Taiwan; por outro, a hegemonia dos EUA representa o maior obstáculo às ambições geoestratégicas da China, podendo ser um factor limitativo da afirmação do seu poder e da sua influência em toda a Ásia, sendo que os EUA promovem um crescente papel político-estratégico do Japão, da Austrália ou da Índia e apoiam Taiwan. Consequentemente, as relações China-EUA são marcadas por permanentes oscilações entre o *quente* e o *frio*, *altos* e *baixos*, no meio de uma complexa e ambígua relação de parceria e competição, envolvimento e contenção. A disputa por recursos energéticos e, sobretudo, Taiwan serão barómetros importantes para aferir com maior precisão o rumo do comportamento estratégico de Pequim e a temperatura nas relações sino-americanas.

Sendo certo que a China continua a ter como objectivo prioritário «construir uma sociedade próspera sob todas as formas»,⁵⁴ as dúvidas subsistem sobre o tipo de opções que os líderes chineses farão à medida que o poder e a influência da China aumentem: uma China mais poderosa pode continuar a optar pela acomodação pacífica, mas pode também ser tentada a coagir e confrontar outros, na tentativa de impor uma nova ordem mais sino-cêntrica. Para já, é inequívoco que a China procura contribuir para um ambiente de segurança e de estabilidade na Ásia, numa espécie de «estratégia de Gulliver»,⁵⁵ condição essencial para prosseguir o seu objectivo prioritário de crescimento. Depois de nos anos 90 se ter mostrado mais incomodada com a evolução da balança de poder na Ásia e do sistema internacional, Pequim apresenta, actualmente, uma versão da China mais acomodada no concerto das nações, empenhado-se claramente em cultivar uma imagem de potência benigna e favorável ao *statu quo*. No entanto, a China insiste em proclamar a ambição de uma ordem multipolar, contrariando a hegemonia norte-americana; faz aumentar a escalada de rivalidade com o Japão, indiciando que

encara este como obstáculo geoestratégico às suas ambições; sobe o tom das suas ameaças sobre Taiwan, não escondendo a sua disposição para recorrer à força; mantém por regular litígios territoriais com o Japão, a Índia e com vários países do Sudeste Asiático; apesar de algum progresso, continua a ser muito opaca nos seus gastos com a defesa e nas suas capacidades militares; e continua a ter um regime autoritário de partido único que persiste na violação dos direitos humanos e impede o progresso da democracia liberal. Ou seja, a China é simultaneamente «gato branco» e «gato preto», fórmula que sintetiza bem a ambiguidade e as ambivalências da emergência da China e das suas ambições, comportamentos e opções geopolíticas.

A China prossegue uma estratégia de longo-prazo, em que o crescimento do seu poder nacional abrangente se vai encarregando de fazer com que a propensão das coisas seja favorável à China em termos de configuração estratégica de poder. Trata-se, portanto, de uma estratégia de *soft power*, de esperar para ver, no pressuposto de que o seu crescimento, aproveitado sabiamente, se encarregará de dar outro lugar e novas opções à China. É uma posição realista de uma potência que espera, a prazo, que o seu poder nacional global cresça e a sua situação internacional melhore, para realizar todo o seu potencial. Por enquanto, todavia, os interesses chineses são mais bem servidos por uma espécie de postura *statu quo* e por uma política externa e de segurança que promova a estabilidade, de que depende o seu crescimento. Por isso, se podemos aceitar que no curto-prazo a China é, essencialmente, uma potência *statu quo*, ela é, todavia, revisionista no longo-prazo. Em suma, a China pretende continuar a «caçar ratos», não importando a cor do gato...

Notas

- 1 Fareed Zakaria, «Does the Future Belong to China?» (*Newsweek*, 9 de Maio de 2005), p. 18.
- 2 Para uma análise mais profunda da emergência económica da China e respectivas contradições ver, nesta mesma edição da *Política Internacional*, o artigo de Henrique Morais, «A China no dealbar do novo milénio».
- 3 Sobre a importância actual da China ver Robert Sutter, «Why does China matter?» (*The Washington Quarterly*, Vol. 27, nº 1, Inverno de 2003-4), pp. 75-89.
- 4 Citado em *Annual Report to Congress: The Military Power of the People's Republic of China* (US Department of Defense, Julho de 2005), p. 11.
- 5 *Defesa Nacional da China 2004* (Conselho de Estado da China, Dezembro de 2004). Trata-se da última versão do documento oficial chinês normalmente conhecido por «Livro Branco sobre a Defesa», publicado bianualmente desde 1998 para expor a política de defesa da China e tornar mais transparente a sua estratégia. Esta e todas as outras citações são retiradas da versão oficial chinesa em inglês, disponíveis, por exemplo, na página oficial do Exército Popular de Libertação [<http://english.chinamil.com.cn/>].
- 6 Para uma análise mais profunda da evolução do orçamento militar chinês nos anos 90, as diferentes estimativas e as actividades comerciais do EPL ver, por exemplo, Alexandre Carriço, «Lendo Folhas de Chá Chineses» – uma incursão analítica sobre o orçamento de defesa da República Popular da China e as actividades comerciais do Exército Popular de Libertação em prol do mesmo» (*Estratégia*, Vol. XIIV, 2003), pp. 355-417. Sobre a evolução dos orçamentos militares da China desde 1985 e o comparativo com outras potências na Ásia consultar tabela em Luis Tomé, «Geopolítica da Ásia e da China» (*Janus 2006*, Dezembro de 2005), p. 40.
- 7 *Annual Report to Congress*, *op. cit.*
- 8 *Defesa Nacional da China 2004*, *op. cit.*
- 9 General Xiong Guangkai, citado em *Annual Report to Congress*, *op. cit.*, p. 19.
- 10 *Idem*, p. 18.
- 11 *Defesa Nacional da China 2002* (Conselho de Estado da China, 2002).
- 12 *Defesa Nacional da China 2004*, *op. cit.*
- 13 Citado em *Annual Report to Congress*, *op. cit.*, p. 19.
- 14 *Defesa Nacional da China 2004*, *op. cit.*
- 15 Sobre as vendas à China de sistemas de armamento por parte de países europeus e dos EUA ver, por exemplo, Alexandre Carriço, «O embargo de armas à China: motivações e vulnerabilidades» (*Revista Militar*, nº 8/9, Agosto/Setembro de 2005), pp. 853-65; e, Lora Saalman, «Lifting the European's Union's Embargo: Geopolitical wins and losses», (*Power and Interest News Report*, 8 de Abril de 2005).
- 16 Sobre as actuais capacidades militares chinesas ver, por exemplo, «Chapter Five: Force Modernization Goals and Trends»; e, «Chapter Six: PRC Force Modernization and Security in the Taiwan Strait», em *Annual Report to Congress*, *op. cit.*, pp. 26-45.
- 17 *Idem*, p. 12.
- 18 *Idem*, p. 9.
- 19 Para uma análise detalhada do conceito estratégico chinês *shi* ver, por exemplo, David Lai, «Learning from the stones: a Go approach to

- mastering China's strategic concept, *Shi*» (Strategic Studies Institute, US Army War College, Maio de 2004).
- 20 Michael A. Weinstein, «China's Geostrategy: Playing a Waiting Game» (*The Power and Interest News Report*, 7 de Janeiro de 2005).
- 21 Luis Tomé, *Novo Recorte Geopolítico Mundial* (EdiUAL e Quid Juris: Lisboa, 2004); *O Estado e a Nova Ordem Internacional: entre a fragmentação e a globalização* (EdiUAL e Instituto Internacional de Macau, 2003); «Uma nova configuração geopolítica mundial» (*Janus* 2005, Novembro de 2004), pp. 10–1; e, «Novo Recorte Geopolítico Mundial – uma ordem uni-multipolar, uma grande guerra e o jogo de «contenções múltiplas»» (*Nação e Defesa*, nº 106, Outono/Inverno de 2003), pp. 77–122.
- 22 *Defesa Nacional da China em 2004*, *op. cit.*
- 23 *Idem.*
- 24 *Idem.*
- 25 *Idem.*
- 26 Para uma visualização gráfica da evolução dos relacionamentos na Ásia ver Luis Tomé, «Geopolítica da Ásia e da China» (*Janus* 2006, Dezembro de 2005), p. 41.
- 27 Sobre a política de boa vizinhança da China ver, por exemplo, Wang Jisi, «China's Changing Role in Asia» (The Atlantic Council of the United States – Asia Programs, Janeiro de 2004); e, Robert Sutter, «China's Good Neighbour Policy and Its implications for Taiwan» (*Journal of Contemporary China*, Vol. 13, nº 41, Novembro de 2004), pp. 717–31.
- 28 Para uma análise mais detalhada da questão das ilhas Senkaku/Diaoyutai e de outras disputas no Nordeste Asiático ver, por exemplo, Luis Tomé, *A Segurança e a Estabilidade no Noroeste da Bacia do Pacífico*, (EdiUAL: Lisboa, 2001), em particular «Parte III – Principais disputas e focos de tensão», pp. 221–66.
- 29 *Idem.*
- 30 Para uma análise mais aprofundada do Novo Conceito de Segurança da China e sua evolução ver, por exemplo, Wu Baiyi, «The Chinese New Security and its Historical Evolution» (*Journal of Contemporary China*, Vol. 10, nº 27, Maio de 2001), pp. 275–83.
- 31 Cui Tiankai, Director Geral dos Assuntos Asiáticos no Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, citado em David Shambaugh, «China engages Asia – Reshaping the regional order» (*International Security*, Vol. 29, nº 3, Inverno de 2004–5), p. 70.
- 32 Sobre a crise em torno do programa nuclear norte-coreano e o papel da China nesta questão ver Luis Tomé, «A posição da Coreia do Norte» e «Cronologia Coreia do Norte-EUA» (ambos os textos em *Janus* 2004, 2003) pp. 32–3 e 34–5.
- 33 James P. Pinkerton, «3 signs of impending «Asian Century»» (*Newsday*, 12 de Abril de 2005).
- 34 Travis Tanner, «The oil that troubles US-China waters» (*Asia Times*, 18 de Junho de 2004).
- 35 *Annual Report to Congress*, *op. cit.*, p. 10.
- 36 Bernard D. Cole, «Oil for the Lamps of China – Beijing's 21st Century Search for Energy», (*McNair Paper*, nº 67, 2003), p. 69.
- 37 *Annual Report to Congress*, *op. cit.*, p. 10.
- 38 *Idem.*
- 39 Chietigj Bajpae, «Setting the Stage for a New Cold War: China's Quest for Energy Security» (*The Power and Interest News Report*, 25 de Fevereiro de 2005).
- 40 Citado em *Annual Report to Congress*, *op. cit.*, p. 33.
- 41 Para uma análise mais aprofundada da estratégia chinesa para os países de

- língua portuguesa ver, nesta mesma edição da *Política Internacional*, o artigo de José Carlos Matias, «A China e os países de língua portuguesa».
- 42 Para aprofundar a geopolítica chinesa do petróleo em África ver, por exemplo, Jean-Christophe Servant, «A China ao assalto do mercado africano» (*Le Monde Diplomatique*, Junho 2005), pp. 10–1.
- 43 Michael D. Swaine, «Trouble in Taiwan» (*Foreign Affairs*, Vol. 83, nº 2, Março/Abril de 2004), p. 41.
- 44 Sobre as preocupações em Taiwan acerca do impacto do incremento dos laços económicos e comerciais com a China ver, por exemplo, Tun-Jen Cheng, «Doing Business with China: Taiwan's Three Main Concerns», in Ramon H. Myers, Terru Cooke e Tun-Jen Cheng, *Cross-Strait Economic Ties: Agent of Change, or a Trojan Horse?* (Woodrow Wilson International Center for Scholars, *Asia Program Special Report*, nº 118, Fevereiro de 2004), pp. 12–8.
- 45 Citado em «China faz demonstração de força em Hong Kong» (*Público*, 1 de Maio de 2004), p. 28.
- 46 *Defesa Nacional da China* 2004.
- 47 *Idem*.
- 48 *Anti-Secession Law* [<http://english.people.com.cn/>].
- 49 *Idem*.
- 50 *Annual Report to Congress, op. cit.*, p. 37.
- 51 Citado em Michael D. Swaine, «Trouble in Taiwan», *op. cit.*, p. 39.
- 52 Condoleezza Rice, discurso na Sophia University, Tóquio, Japão (19 de Março de 2005).
- 53 Henry Kissinger, *Precisará a América de uma política externa? Uma diplomacia para o Século XXI*, (Gradiva: Lisboa, 2003), p. 141.
- 54 *Defesa Nacional da China* 2004, *op. cit.*
- 55 Robert Sutter, «Asia in the Balance: America and China's 'Peaceful Rise'» (*Current History*, Setembro de 2004), p. 287.